

Estratégia do Brasil para o Fundo Verde do Clima (GCF)

Secretaria de Assuntos Internacionais
Ministério da Fazenda

06 de dezembro de 2017



**AUTORIDADE
NACIONAL**
Designada para o GCF

Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN



SAIN

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Eixos Estratégicos

Eixo I: Agricultura e Florestas

Eixo II: Infraestrutura Sustentável

Eixo III: Cidades e Comunidades Resilientes

Eixo I: Agricultura e Florestas

Áreas de investimento do Eixo I:

Manejo Sustentável dos Ativos Florestais, Economia Florestal e, Acesso a Mercado

Restauração, Reflorestamento, Proteção e Pagamentos por Resultados de REDD+

Agricultura de Baixa Emissão de Carbono e Adaptação no Setor Produtivo

Eixo I: Agricultura e Florestas

Manejo Sustentável dos Ativos Florestais, Economia Florestal e Acesso a Mercado:

- Melhorar a estrutura da cadeia produtiva de produtos provenientes da agrobiodiversidade, promovendo a inovação da economia florestal e a remoção de barreiras destes mercados;
- Fomentar o manejo e a extração sustentável de madeira, aproveitando-se, por exemplo, dos mecanismos de compras institucionais e certificação;
- Apoiar o desenvolvimento de uma infraestrutura regional e local para viabilizar o uso de produtos extrativistas;
- Considerar medidas de adaptação para promover o manejo sustentável dos ativos florestais.

Eixo I: Agricultura e Florestas

Recomposição, Reflorestamento, Proteção e Pagamentos por Resultados de REDD+:

- Implementar medidas para a recuperação da vegetação nativa, o reflorestamento para múltiplos usos, e o fortalecimento da economia florestal, através de mecanismos de compensação ambiental;
- Promover ações que recompensem aqueles que atuam diretamente na preservação e que historicamente têm uma relação de subsistência com a floresta;
- Recursos para REDD+ podem ser captados pelo País para preservação ambiental, devendo ser utilizados em linha com a NDC, a ENREDD+ e as resoluções da CONAREDD, e em cumprimento do Marco de Varsóvia de REDD+.

Eixo I: Agricultura e Florestas

Agricultura de Baixa Emissão de Carbono e Adaptação no Setor Produtivo:

- Fomento a tecnologias agropecuárias mitigadoras de emissões, que incentivem a adoção de sistemas e práticas que diminuam a vulnerabilidade dos sistemas agrícolas frente às alterações climáticas;
- Fortalecer, monitorar e aprimorar o Plano ABC;
- Estruturar mecanismos que complementem e melhorem as condições de financiamento e acesso ao crédito para produtores que utilizem práticas de baixa emissão de carbono e medidas de adaptação.

Eixo II: Infraestrutura Sustentável

Áreas de investimento do Eixo II:

Modais de Transporte de Baixa Emissão

Energia Renovável, Geração Distribuída e Armazenamento de Energia

Eficiência Energética para Iluminação Pública, Veículos, Indústria e Edificações

Biocombustíveis Avançados e Tecnologias em Bioenergia

Eixo II: Infraestrutura Sustentável

Modais de transporte de baixa emissão:

- Considerar sistemas de menor emissão e maior eficiência;
- Desenvolver produtos financeiros e modelos de negócios para a promoção de investimentos do setor privado por meio de concessões e PPPs;
- Considerar a implementação ou expansão de sistemas como:
 - Infraestrutura de transportes de carga – mudança do modal rodoviário para ferroviário e hidroviário e integração de modais
 - Plataformas logísticas multimodais;
 - Infraestrutura de transporte urbanos de passageiros, metrô e trens urbanos, e BRTs (bus rapid transit systems);
 - Eletromobilidade + infraestrutura associada.

Eixo II: Infraestrutura Sustentável

Energia renovável, geração distribuída e armazenamento de energia:

- Promover a expansão da geração elétrica diversificando o uso de fontes renováveis não-hídricas incluindo: solar (fotovoltaica e concentrada – CSP) para geração distribuída e centralizada; eólica, de biomassa; e armazenamento de energia;
- Estabelecer soluções financeiras e técnicas que permitam o aumento da penetração de tecnologias de baixo carbono, endereçando os principais entraves que existem em diferentes pontos da cadeia de geração e distribuição de energia e também dos mercados de capitais.

Eixo II: Infraestrutura Sustentável

Eficiência energética para iluminação pública, veículos, indústria e edificações:

- Desenvolver novos modelos de negócios e produtos financeiros para destravar investimentos no setor e fomentar a adoção e aplicação de tecnologias mais eficientes energeticamente;
- Considerar tecnologias novas e existentes para o setor público, residencial, comercial e industrial; particularmente em ações direcionadas para expansão de eficiência energética em iluminação pública, na indústria e na construção civil.

Eixo II: Infraestrutura Sustentável

Biocombustíveis avançados e tecnologias em bioenergia:

- Fomentar o desenvolvimento tecnológico e produção em escala de biocombustíveis de segunda geração;
- Promover investimentos em outras tecnologias de energia limpa, incluindo: biogás, biometano, e captura e armazenamento de carbono (CCS), além do aumento da produção de biocombustíveis de segunda geração;
- Fortalecer mecanismos financeiros para viabilizar a geração de energia a partir de biogás e biometano e promover investimentos em gestão sustentável de resíduos sólidos.

Eixo III: Cidades e Comunidades Resilientes

Áreas de investimento do Eixo III:

Gestão de Riscos Resultantes da Mudança do Clima em Cidades

Construções Eficientes e Resiliência para a Habitação

Gestão de Riscos Resultantes da Mudança do Clima em Ecossistemas e Áreas de Expansão Urbanas e Rurais

Resiliência e Desenvolvimento Sustentável de Populações Vulneráveis, Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Eixo III: Cidades e Comunidades Resilientes

Gestão de Riscos Resultantes da Mudança do Clima em Cidades:

- Implementar medidas de planejamento urbano para o aumento da resiliência em centros urbanos, possibilitando a execução de soluções a nível local. Estas podem incluir ações relacionadas à infraestrutura e mobilidade urbana, expansão e revitalização urbana, habitação, saneamento, abastecimento hídrico e saúde humana;
- Integrar o uso de tecnologias de gestão de riscos e sistemas de alerta e prevenção, considerando os instrumentos financeiros adequados de forma a reduzir a vulnerabilidade dos habitantes e minimização de perdas econômicas.

Eixo III: Cidades e Comunidades Resilientes

Construções Eficientes e Resiliência para a Habitação:

- Fomentar a adoção de materiais de construção eco-eficientes, em especial para construções de interesse social, visando a redução do consumo de energia e água, a emissão de gases do efeito estufa e a produção de resíduos, por exemplo;
- Desenvolver mecanismos de financiamento para construções resilientes e de baixo carbono;
- Promover soluções para habitações que aumentem a resiliência da população de baixa renda, considerando os riscos associados à mudança do clima nestes locais.

Eixo III: Cidades e Comunidades Resilientes

Gestão de Riscos Resultantes da Mudança do Clima em Ecossistemas e Áreas de Expansão Urbana e Rurais:

- Identificar impactos específicos e futuros nas áreas de maior vulnerabilidade, como zonas costeiras e regiões com bacias hidrográficas, possibilitando a implementação de medidas que ofereçam co-benefícios para mitigação;
- Implementação de ações que melhorem a capacidade adaptativa das populações e territórios de maior vulnerabilidade, incluindo ecossistemas protegidos em Unidades de Conservação e suas populações tradicionais associadas;
- Desenvolvimento de soluções para os territórios rurais e peri-urbanos que considerem a redução dos riscos relacionados à manutenção da segurança hídrica, alimentar e energética, bem como de desastres naturais associados à mudança do clima.

Eixo III: Cidades e Comunidades Resilientes

Resiliência e desenvolvimento sustentável de populações vulneráveis, povos indígenas e comunidades tradicionais:

- Mitigar a exclusão elétrica de populações, com ênfase na redução e substituição de combustíveis fósseis por fontes renováveis;
- Investir na capacitação de comunidades vulneráveis em temas relacionados a produção econômica sustentável e ao gerenciamento de recursos naturais;
- Iniciativas devem contemplar melhorias na qualidade de vida dessas populações, de modo que o aumento da resiliência à mudança do clima contribua para a melhoria das condições econômicas, infraestrutura, qualidade de vida e acesso à água, saneamento e energia.



AUTORIDADE NACIONAL

Designada para o GCF

Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN

Obrigada!